

**Boletim Observatório de África Nº72**

Maio /Junho 2018

- **Reino da Suazilândia Muda de Nome**
- **A RENAMO Sem Afonso Dhlakama**
- **Primeiras Eleições Municipais na Tunísia**
- **Referendo no Burundi Reforça Poder do Presidente**
- **Descentralização Avança em Moçambique**
- **José Eduardo dos Santos Abandona a Vida Partidária**
- **Instabilidade no Norte de Moçambique**
- **Crise na África Ocidental**
- **Cooperação Militar Russa com África**
- **Etiópia Aceita as Fronteiras com a Eritreia**
- **Angola vai aderir à Commonwealth e Francofonia**
- **Reforma Agrária na África do Sul**

**Reino da Suazilândia Muda de Nome**

A 19 de abril, data em que se comemoram os 50 anos do rei Mswati III e da independência do país, a Suazilândia alterou a sua denominação oficial, passando a designar-se por Reino de eSwatini. De acordo com Mswati III, o objetivo desta alteração é o de retomar o nome original do país antes da época do colonialismo britânico. O novo nome, eSwatini, significa o país dos suazis.

Esta decisão também foi justificada pela necessidade de se evitarem as frequentes confusões com a Suíça, nomeadamente, quando a referência ao país é feita em inglês, "Swaziland", no primeiro caso, e "Switzerland", no segundo.

Esta decisão de Mswati III já era esperada, uma vez que ele próprio já vinha utilizando a expressão eSwatini sempre que se referia ao seu país no exterior ou quando participava em diversos eventos internacionais, nomeadamente, no âmbito da ONU ou da União Africana.

A decisão de alterar o nome do país, para além dos efeitos simbólicos, irá ter grandes custos devido à necessidade de se adaptar toda uma série de instituições ao novo

nome, nomeadamente, a Real Força Policial da Suazilândia, as Forças de Defesa da Suazilândia e a Universidade da Suazilândia. Até mesmo a constituição do país, onde o nome de Suazilândia aparece 200 vezes, terá que ser revista. Também as notas da moeda local, o lilangeni, terão que ser alteradas devido constarem nas mesmas a designação de Banco Central da Suazilândia.

O agora Reino de eSwatini é um pequeno país entre Moçambique e África do Sul com apenas 1,3 milhões de habitantes. O regime político é uma monarquia absoluta, sendo que o atual monarca, Mswati III está no poder há mais de 30 anos, após ter sido coroado com apenas 18 anos. Mswati III sucedeu ao seu pai, Sobhuza II, que se manteve no poder durante 82 anos.

A instituição monárquica é crescentemente criticada no país, devido ao luxo em que vive contrastando com a maioria da população que sobrevive com grandes dificuldades.

Esta decisão do monarca suazi não é de todo inovadora em termos africanos, apenas surpreende pelo momento em que foi decidida. Muitos países africanos optaram por alterar o nome dos seus países, e de muitos das suas cidades, no momento da descolonização dos seus territórios. Foi o caso da Costa do Ouro, hoje em dia Gana; o Daomé, atual Benim; a Rodésia, atual Zimbabué ou a Niassalândia, atual Malawi. O antigo Congo Belga já conheceu várias designações desde a sua independência, começou por ser Congo-Leopoldville, República do Congo, República Democrática do Congo (RDC), Zaire e de novo, desde 1997, RDC.

Ao nível das cidades as alterações foram imensas, basta ver o que se passou em Angola, onde, por exemplo, a atual cidade do Huambo foi durante o período colonial conhecida como Nova Lisboa, Uíge era designada por Carmona e Luena era o Luso. Também em Moçambique se registou a alteração de vários nomes, com a capital, Lourenço Marques, a passar a designar-se por Maputo.

### [A RENAMO sem Afonso Dhlakama](#)

O líder da RENAMO Afonso Macacho Marceta Dhlakama morreu de ataque cardíaco, aos 65 anos de idade, no dia 3 de maio, nas matas da serra da Gorongosa, onde se encontrava refugiado desde o recomeço do conflito armado em Moçambique em 2016.

Apesar de ainda se ter tentado a sua evacuação para a África do Sul, a mesma já não foi efetuada em tempo útil.

Afonso Dhlakama aderiu à FRELIMO em 1974, mas esteve pouco tempo neste partido. Foi um dos primeiros a integrar o então Movimento Nacional de Resistência (MNR), liderado por André Matsangaissa, que mais tarde se haveria de transformar em Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Após a morte de Matsangaissa em 1979, Dhlakama ascendeu à liderança da RENAMO, assumindo um enorme protagonismo durante os anos da guerra civil. Foi ele quem assinou, em 1992, com Joaquim Chissano, o Acordo Geral de Paz de Roma que pôs fim à guerra civil em Moçambique.

Dhlakama foi sempre o candidato presidencial da RENAMO, primeiro contra Joaquim Chissano, e depois contra Armando Guebuza e Filipe Nyusi. Perdeu todas as eleições presidenciais, embora nas eleições de 1999 a margem tenha sido muito pequena, tendo obtido 47,7% dos votos contra 52,3% de Joaquim Chissano. Porém, essas eleições ficaram marcadas por várias irregularidades e, aparentemente, a vitória teria sido de Dhlakama, no entanto, as queixas da RENAMO acabaram por não ter o apoio da comunidade internacional.

Face ao poder total que Dhlakama exercia dentro da RENAMO, nas suas componentes militar e política, o seu desaparecimento levanta muitas incógnitas sobre qual será a evolução quer da RENAMO, quer do próprio cenário político moçambicano.

Sem um sucessor designado, nem um número dois claro dentro do partido, o futuro da liderança da RENAMO é uma grande incógnita. Ao longo dos tempos, Dhlakama foi afastando todos aqueles que se iam destacando dentro do partido. O primeiro caso foi o de Raúl Domingues, principal negociador do acordo de paz do lado da RENAMO. Face a um desejo de maior protagonismo, Domingos acabaria por ser afastado do círculo de poder da RENAMO e optou mesmo por abandonar o partido.

Outro caso, bem mais recente, foi a dissidência de Daviz Simango, atual Presidente da Câmara Municipal da Beira, que abandonou a RENAMO em 2009 e acabou por criar a terceira maior força política do país, o Movimento Democrático de Moçambique

(MDM). Esta dissidência causou um forte abalo na RENAMO porque implicou a saída de diversas figuras importantes da ala política do partido.

Ao ter decidido não participar nas eleições autárquicas de 2013, a RENAMO beneficiou o MDM o qual obteve importantes vitórias em cidades como a Beira, Nampula e Quelimane.

A morte de Dhlakama também lança dúvidas sobre as negociações de paz em curso. O processo estava a ser conduzido de uma forma muito direita entre o Presidente Nyusi e Dhlakama, que inclusivamente se tinham encontrado em diversas ocasiões, e era durante esses encontros que as negociações conheciam reais avanços.

Neste sentido, não é claro como é que a RENAMO se fará representar no processo e se o mesmo continuará a evoluir positivamente. Não é segredo para ninguém que, de ambos os lados, há quem se mostre cético ou até mesmo contrário a este processo negocial.

Do lado da FRELIMO há quem preferisse um golpe de força contra Dhlakama e a RENAMO para terminar com a insegurança no país, evitando assim ter que fazer algum tipo de cedências. Do lado da RENAMO há quem tema em desarmar totalmente sua estrutura militar devido às profundas desconfianças em relação às reais intenções do Governo.

O desaparecimento do líder da RENAMO também deixa este partido num clima de grande indefinição a poucos meses das eleições autárquicas onde havia grandes expectativas em relação ao resultado que poderia alcançar, nomeadamente, no centro e norte do país.

Num primeiro momento foi decidido nomear, interinamente, o antigo General Ossufo Momade, como sucessor de Dhlakama. Momade é membro da ala militar da RENAMO e foi um dos principais generais do movimento durante a guerra civil, tendo sido responsável pela chamada região sul, a zona militar mais difícil para a RENAMO.

Para uma solução mais definitiva, a liderança da RENAMO poderá ser ocupada ou pelo Secretário-geral, e também deputado, Manuel Bissopo ou pela Chefe da bancada Ivone Soares, sobrinha de Afonso Dhlakama.

### Primeiras Eleições Municipais na Tunísia

Realizaram-se a 6 de maio as primeiras eleições municipais livres na Tunísia, o que significou um claro reforço das reformas democráticas iniciadas após a Primavera Árabe. Estas eleições já tinham sido adiadas por quatro vezes devido à falta de condições para a sua realização.

Estas eleições foram um passo importante para a descentralização na Tunísia, uma reivindicação de todos aqueles que apoiaram a Primavera Árabe no país, possibilitando uma partilha de poder que favorecerá uma acalmia das reivindicações regionais.

Durante o período de partido único, que governou a Tunísia entre 1956 e 2011, o poder dos municípios era diminuto. Desde a queda do regime Ben Ali os municípios tunisinos passaram a ser governados por comissões provisórias que nunca conseguiram responder às necessidades das populações.

A nomeação de novas autoridades municipais é vista como uma resposta do poder central ao clima de agitação social que o país tem vivido desde o ano passado. A eleição de poderes locais poderá acalmar essa agitação, especialmente porque se pretende que a população veja nestes dirigentes locais a resposta para muitos dos seus problemas.

Apesar deste escrutínio se ter realizado num ambiente de clara liberdade política, a participação dos 5 milhões de eleitores foi muito baixa, tendo-se cifrado apenas nos 33,7% de votantes, o que significa que apenas votaram 1.796.154 dos eleitores recenseados.

A baixa participação eleitoral ter-se-á ficado a dever a algum desencanto da população tunisina face à realidade nacional onde se destaca um elevado índice de desemprego e inflação, o que tem provocado uma grande agitação social no país desde finais de 2017.

A campanha eleitoral para estas eleições autárquicas foi dominada pelos dois principais partidos tunisinos, o Ennahdha, de orientação islamita, e o Nidaa Tounès, o partido fundado pelo Presidente Béji Essebsi. Apenas o Ennahdha apresentou candidatos a todas as 350 localidades.

A força da sociedade civil tunisina ficou bem patente nas eleições que mobilizaram 53.668 candidatos incluídos em 2.074 listas, divididos por 1.055 listas partidárias, 150 coligações e 860 listas de independentes.

Os resultados finais deram a vitória aos candidatos independentes que obtiveram 32.2% dos votos, contra 28,6% do Ennahda e 20.8% Nidaa Tounes. Apesar destes resultados, o facto dos independentes não se terem apresentado em bloco, a sua vitória não se traduziu numa vitória nacional.

Apesar da fraca afluência às urnas, a realização destas eleições teve um lado positivo que foi o facto da sua própria realização em condições de segurança. Depois dos ataques terroristas de 2015, que atingiram duramente a indústria de turismo do país e, conseqüentemente, as receitas do estado, estas eleições foram um sério teste à segurança do país. As forças de segurança estiverem presentes com mais de 30 mil elementos para garantir que o ato eleitoral decorresse sem problemas.

Após estas eleições, estão agora previstas eleições legislativas e presidenciais em 2019.

### [Referendo no Burundi Reforça Poder do Presidente](#)

Num ambiente de grande contestação interna e externa, realizou-se, a 17 de maio, um referendo no Burundi sobre a possibilidade de se proceder a uma reforma constitucional. A principal alteração proposta nesta revisão era estender os mandatos presidenciais dos atuais 5 anos, no máximo de dois, para sete anos, mantendo o máximo legal de dois mandatos presidenciais, embora não se devendo contar os mandatos já cumpridos.

Esta alteração visava claramente favorecer o atual Presidente, Pierre Nkurunziza que está no poder desde 2005. Com a aprovação desta alteração constitucional, Nkurunziza poderá candidatar-se a novos mandatos em 2020 e em 2027.

Esta revisão constitucional vem alterar o que tinha ficado estabelecido na revisão da constituição em 2005, efetuada na sequência do Acordo de Paz de Arusha que pôs fim à guerra civil no país. O conflito civil, entre hútus e tutsis, estendeu-se de 1993 a 2005, tendo provocado mais de 300 mil mortos.

Os resultados do referendo deram uma clara vitória às propostas do Presidente Pierre Nkurunziza com vista a alterar a constituição. O sim às reformas obteve 73% dos votos dos 4.8 milhões dos eleitores burundienses.

Os opositores do atual Presidente acusam-no de, ao alterar os termos da constituição, estar a violar os Acordos de Paz. A Frente de Libertação Nacional (FNL), principal partido da oposição, afirmou que os resultados deste referendo foram claramente manipulados, uma vez que a população foi intimidada a votar a favor da alteração da constituição, sob pena de perderem apoios sociais e sofrerem represálias.

Em 2015, quando Pierre Nkurunziza decidiu, à revelia da constituição, candidatar-se a um terceiro mandato presidencial, lançou o país numa onda de instabilidade que provocou mais de 1.200 mortos e milhares de refugiados.

As alterações agora submetidas a referendo, para além da alteração da duração dos mandatos presidenciais, também vai reforçar os poderes do Presidente. Com as alterações propostas, o Presidente poderá nomear diretamente o Vice-Presidente e os membros do Governo sem necessitar da aprovação do seu partido, o Conselho Nacional para a Defesa da Democracia – Forças de Defesa da Democracia (CNDD-FDD).

Uma outra questão polémica é a possibilidade do Presidente poder nomear para os mais altos cargos do país, membros da sua etnia. Esta possibilidade poderá ser problemática no futuro, ao favorecer sentimentos de exclusão do grupo étnico, hútu ou tutsi, que vier a ser preterido.

### [Descentralização Avança em Moçambique](#)

A Assembleia da República de Moçambique aprovou, com os votos favoráveis das bancadas da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), a revisão pontual da constituição que permitirá avançar com o processo de descentralização no país. Esta revisão permitirá acomodar um dos principais pontos das negociações acordados entre o Presidente Nyusi e o líder da RENAMO Afonso Dhlakama.

Esta alteração permitirá clarificar o critério de eleição dos presidentes dos municípios moçambicanos e a escolha dos administradores de distrito nas eleições de 2019. Em relação a este último aspeto, ficou acordado que os administradores continuarão a ser nomeados pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública, embora sob consulta os Governadores provinciais. Esta situação só deverá vigorar nas próximas eleições, uma vez que em 2024 os administradores de distrito passarão a ser eleitos diretamente pela população.

Nas próximas eleições gerais, que terão lugar em 2019, os Governadores provinciais passarão a ser eleitos diretamente e deixarão de ser nomeados pelo Governo. Esta era uma velha reivindicação da RENAMO que pretendia nomear os Governadores nas províncias em que venceu as últimas eleições.

Nas últimas eleições presidenciais, Afonso Dhlakama venceu em Nampula, Tete, Zambézia, Manica e Sofala. No caso das legislativas a RENAMO venceu na Zambézia e em Sofala. Face a estes resultados, a RENAMO tem aspirações a vencer na maioria das províncias do centro e norte do país, situação que lhe permitirá nomear os Governadores destas províncias.

Este novo modelo acaba com a situação atual em que o partido que vencia as eleições a nível nacional era o responsável pela nomeação de todos os Governadores, mesmo nas províncias onde as tivesse ter perdido.

Este processo de descentralização vai também criar uma nova figura a nível provincial que será o Secretário de Estado que será nomeado pelo Presidente da República., o qual terá funções exclusivas de soberania do Estado, nomeadamente, nas áreas da defesa, segurança e relações externas, que não são objeto do processo de descentralização.

Apesar de verem os seus poderes alargados, os novos Governadores não terão competências nas áreas dos recursos naturais, minerais, energia, na criação ou alteração de impostos.

Esta situação poderá trazer problemas aos novos Governadores, não só ao nível da autonomia da sua gestão, mas, sobretudo, no acesso aos recursos necessários para poderem implementar os seus programas de ação, uma vez que continuarão dependentes financeiramente do poder central.

Independentemente das limitações que esta descentralização possa implicar, a sua aceitação pela Assembleia da República moçambicana foi um passo importante para que se alcance um acordo definitivo entre o Governo e a RENAMO. O acordo alcançado é um bom sinal, numa fase em que a morte de Dhlakama lançou algumas dúvidas sobre a continuação do processo negocial.

A questão da descentralização reivindicada pela RENAMO, a par da questão da desmobilização e reintegração dos elementos militares do movimento, são as duas principais questões em cima da mesa das negociações.

### José Eduardo dos Santos Abandona Vida Partidaria

O antigo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, anunciou, a 25 de maio, durante a abertura da reunião do Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a sua decisão de abandonar a presidência do partido, que detinha desde 1979, em setembro de 2018.

Esta decisão abre a porta para que o Presidente João Lourenço venha assumir a liderança do MPLA no próximo congresso marcado para 7 de setembro deste ano.

Este anúncio de Eduardo dos Santos era algo que já se esperava porque, neste momento, convivem duas lideranças, ele como Presidente do MPLA e João Lourenço como Presidente de Angola, situação que criava algumas situações de mal-estar. O objetivo é o de evitar a existência de uma liderança bicéfala que possa criar divisões dentro do MPLA, num momento em que o partido se prepara para as próximas batalhas eleitorais.

### Instabilidade no Norte de Moçambique

Desde outubro de 2017 a província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, está a viver uma crescente onda de instabilidade fruto de ataques armados, alegadamente, perpetrados por grupos radicais de inspiração islâmica.

A origem destes grupos e seus objetivos ainda não são claros, nem as eventuais ligações que possam ter com outros movimentos radicais que existem quer no Quênia, quer na Tanzânia.

Não deixa de ser uma coincidência que estes ataques se tenham iniciado numa altura em que as perspetivas económicas para esta região são claramente promissoras, com o início da exploração das reservas de gás que poderão ter um enorme impacto na economia moçambicana, como é o caso do contrato de concessão com a multinacional norte-americana Anadarko para a exploração do gás natural na bacia do rio Rovuma avaliado em cerca de 40 mil MUSD.

A exploração do gás natural irá trazer para esta região muitos expatriados e serviços, razão pela qual os atuais ataques não deixam de causar grandes apreensões às empresas que o vão explorar.

Importantes acordos de exportação de gás natural foram já anunciados pela Anadarko, nomeadamente, com as companhias japonesa Tokyo Gas e britânica Centrica para a venda de 2.6 milhões de toneladas de gás por ano.

O Governo moçambicano tem enfrentado esta ameaça com uma dupla resposta. Por um lado, reforçou os efetivos das Forças de Defesa e Segurança, quer para garantir a segurança das populações, quer para poder responder de imediato a qualquer ataque, embora quase nunca o tenha conseguido.

Uma segunda vertente visa minimizar o impacto destes ataques, não só para acalmar as populações, como também para tranquilizar os investidores internacionais. Esta segunda parte da estratégia do Governo moçambicano passa, nomeadamente, pela não divulgação de notícias sobre estes ataques, de modo a que os mesmos não ganhem destaque nos meios de comunicação social.

A grande maioria dos ataques têm sido perpetrados em regiões isoladas de Cabo Delgado, tendo-se caracterizado por um elevado grau de violência, com várias pessoas a serem decapitadas. Mas, para além destes ataques, maiores aglomerados populacionais, como Mocímboa da Praia, e inclusivamente a capital de Cabo Delgado, Pemba, já foram alvos de ataques. O recente ataque a um estabelecimento turístico em Pemba foi particularmente grave do ponto de vista psicológico para a população expatriada.

Segundo as autoridades locais uma possível explicação assenta em problemas sociais sentidos pela população mais jovem, nomeadamente, fruto do desemprego. Esta situação é depois explorada por líderes religiosos que conseguem captar apoiantes

para sua causa. A mensagem de combate às desigualdades sociais é bastante atrativa para todos aqueles que se sentem marginalizados e que não se sentem beneficiados pelas potencialidades económicas da região.

Uma outra questão, ainda por esclarecer, tem a ver com o financiamento destas atividades, havendo suspeitas de envolvimento quer de agentes internos, associados a atividades ilícitas como o tráfico de madeira, marfim e indústrias extrativas, quer de agentes externos ligados a movimentos radicais islâmicos sediados no Quênia e na Tanzânia.

A ligação entre os autores destes ataques e os movimentos islâmicos radicais fez com que as autoridades moçambicanas tenham decidido encerrar algumas mesquitas, em Pemba, por onde terão passado alguns dos membros destes grupos e onde comprovadamente se fazia a apologia do radicalismo islâmico. Esta medida foi implementada em coordenação com duas das congregações muçulmanas de Moçambique, o Conselho Islâmico e o Congresso Islâmico, com o objetivo de combater a mensagem de radicalização e de oposição às instituições do Estado que eram difundidas nessas mesquitas.

### Cooperação Militar Russa com África

No momento em que vários países estão a reforçar os laços com África nas mais diversas áreas, a Rússia, à semelhança do que já sucede com a China, aposta no setor da defesa para fortalecer o seu relacionamento com o continente africano.

Esta estratégia de Moscovo tem sido operacionalizada com constantes visitas de altos dignatários russos a África. Se, por um lado, se pretende recuperar o relacionamento privilegiado que já tinha existido na época da União Soviética, por outro, o objetivo do reforço desta cooperação na área securitária baseia-se, exclusivamente, em objetivos económicos e não políticos como sucedia no tempo da Guerra Fria.

Para além dos países africanos que tinham sido aliados da URSS, a atual ofensiva russa pretende abranger o maior número de países possível. Os recentes alvos de esta estratégia russa foram Moçambique, a República Centro-Africana e a República Democrática do Congo (RDC), países com que Moscovo assinou acordos na área da segurança.

Com Moçambique a cooperação militar russa pretende reforçar a capacitação na área naval. No caso da RDC, o objetivo russo é o de operacionalizar um acordo que foi assinado em 1999 e que previa o fornecimento de equipamento militar e formação ao exército congolês. Semelhante objetivo caracteriza a relação com a República Centro-Africana, país que vive num profundo clima de instabilidade e onde as Nações Unidas têm uma importante missão, a MINUSCA, a qual integra uma companhia de paraquedistas portugueses.

Para a Rússia, o mercado africano de segurança é uma área com grande margem de progressão. Mas para os africanos a indústria de armamento russo é igualmente atraente, não só pela facilidade de acesso, menos complicado do que o mercado dos países ocidentais devido à ausência de critérios políticos, mas também com condições financeiras mais favoráveis.

Este apoio militar russo permitirá que Moscovo aceda, como contrapartida, às fontes de matérias-primas destes países, conseguindo assumir um papel de grande preponderância em detrimento dos países ocidentais que, ao ligarem o acesso às armas a regimes democráticos e respeitadores dos direitos humanos, torna mais difícil o relacionamento.

### Crise na África Ocidental

A Nigéria e os países abrangidos pelo Lago Chade (Níger, Chade e Camarões) estão a enfrentar uma situação de instabilidade devido à crescente violência terrorista, às alterações climáticas e às suas consequências na segurança alimentar. Toda esta realidade está a afetar a vida de cerca de 300 milhões de pessoas, sendo que milhares delas já vivem como refugiados em condições muito precárias. Só na Nigéria existem atualmente mais de 1.7 milhões de refugiados.

Grande parte desta situação deve-se à atuação do grupo Boko Haram que, apesar de perseguido pelos exércitos dos países da região, tem conseguido expandir as suas atividades da Nigéria para os países vizinhos.

Segundo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) esta situação ameaça a estabilidade não só da África Ocidental, como também poderá ter sérias consequências para o resto do continente e para a Europa. Por um lado, a ameaça terrorista poderá estender-se para mais países africanos e, por outro, esta

instabilidade e a falta de perspectivas de futuro, continuará a alimentar o fluxo migratório descontrolado em direção à Europa.

A questão dos fluxos migratórios se não for devidamente enquadrada, numa combinação de soluções locais e no estabelecimento de um processo migratório regulado, só tende a piorar no futuro, tanto mais que, segundo o ACNUR, a população destes países deverá duplicar nos próximos 30 anos.

A falta de soluções de futuro para a população mais jovem destes países, faz com que sejam um alvo fácil de recrutamento para o Boko Haram. Esta fonte quase inesgotável de recrutamento de novos membros torna, cada vez mais, difícil o combate ao Boko Haram, que conta também com o apoio logístico das populações que defendem o radicalismo islâmico face a estruturas governativas centrais fracas e incapazes de lhes garantirem os serviços mínimos.

Todo este cenário é ainda agravado pelas consequências dramáticas das alterações climáticas na região do Lago Chade. Em tempos um dos maiores lagos do mundo, o Lago Chade tem vindo a diminuir de uma forma dramática. Nos últimos 25 anos diminuiu 90%, devido tanto às alterações climáticas, como às necessidades de água para consumo humano e atividades agrícolas.

A irrigação teve um impacto moderado no Lago entre 1953 e 1979. Mas entre 1984 e 1994, quadruplicou. Projetos de irrigação em grande escala, construídos por todos os países da região, retiram, de uma forma não sustentável, água tanto do Lago e dos rios que o abastecem, o Chari e o Logone.

Entre 1963 e 2007, o Lago encolheu para cerca da vigésima parte do seu tamanho original, de cerca de 25.000 kms para 1.350 kms.

Atualmente 30 milhões de pessoas dependem da água do Lago Chade para a sua sobrevivência. A falta de água nesta região é a origem de crescentes conflitos entre as populações limítrofes do Lago, que se enfrentam pelo controlo de um bem, cada vez mais, escasso.

A poluição da água remanescente é outro fator de risco para populações, quer para o seu consumo, quer para as atividades agrícolas e de produção animal.

### Etiópia Aceita as Fronteiras com a Eritreia

O governo etíope anunciou, em inícios de maio, que aceitava a delimitação de fronteiras que tinha ficado estipulada no Acordo de Argel com Eritreia assinado em 2000. Este Acordo pôs fim ao conflito entre a Etiópia e a Eritreia, o qual durou de 1998 a 2000 e causou mais de 80 mil mortos.

A relação da Eritreia e da Etiópia nunca foi pacífica. Após a ocupação italiana destes dois países durante a segunda Guerra Mundial, a Etiópia, sob a liderança do Imperador Hailé Selassie, anexou a Eritreia alegando que esta fazia parte integrante do seu território, tanto mais que era através dele que a Etiópia tinha acesso ao Mar Vermelho.

A estratégia da Etiópia em relação à Eritreia não mudou mesmo após o derrube do Imperador Selassie, em 1975, e a sua substituição por um regime de orientação marxista liderado por Mengistu Haile Mariam.

O regime marxista enfrentou a oposição armada de uma ampla coligação, a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE) constituída por vários grupos: a Organização Democrática dos Povos Oromo (ODPO), o Movimento Nacional Democrático Amhara (MDNA), o Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia (MDPSE) e a Frente de Libertação do Povo Tigré (FLPT). Esta coligação contou com o apoio militar da Frente pela Libertação da Eritreia que, para além de se opor ao regime de Mariam, lutava igualmente pela independência da Eritreia.

Em 1991 a guerrilha conseguiu derrubar o regime de Menghistu Mariam que, sem o apoio do seu aliado soviético, foi incapaz de travar o avanço da oposição e foi obrigado a abandonar o país.

O clima de entendimento entre as várias forças que derrubam Menghistu Mariam, permitiu que o novo poder etíope aceitasse a realização de um referendo destinado a decidir o futuro da Eritreia. Este referendo, realizado em abril de 1993, deu uma vitória esmagadora a favor da independência da Eritreia, a qual foi alcançada nesse mesmo ano.

Apesar do entendimento inicial entre os novos poderes em Adis Abeba e em Asmara, rapidamente começaram a surgir desentendimentos, desde logo porque a

independência da Eritreia retirou o acesso da Etiópia ao Mar Vermelho. A degradação nas relações bilaterais levou a um conflito armado entre 1998 e 2000.

O Acordo de paz, alcançado em Argel, previu uma delimitação de fronteiras que, até hoje, não tinha sido ratificado pela Etiópia. No entanto, a nova coligação governamental etíope, que assumiu funções em abril deste ano, liderada por Abiy Ahmed, que substituiu o muito contestado Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn, decidiu dar o seu aval o acordo fronteiriço de 2000.

Esta decisão implicará que o exército etíope se retire da cidade fronteiriça de Badme que até agora estava nas mãos dos etíopes e que passará para controlo da Eritreia.

### [Angola vai aderir à Commonwealth e Francofonia](#)

Durante um périplo pelo continente europeu, efetuado no mês de maio, o Presidente angolano, João Lourenço visitou vários países. Durante essas visitas, João Lourenço deu a conhecer uma nova estratégia diplomática de Angola que aposta em alargar as suas parceiras. Nesse sentido, o Presidente angolano anunciou a intenção do seu país integrar a Organização Internacional da Francofonia (OIF). Posteriormente, e na sequência da sua visita ao Reino Unido, anunciou o pedido de adesão de Angola à Commonwealth.

Estas intenções manifestadas pelo Presidente angolano foram, desde logo, muito bem recebidas quer Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Boris Johnson, quer pelo Presidente francês Emmanuel Macron.

A justificação para estas decisões tem, sobretudo, por base um critério geográfico. Estando Angola rodeado por países francófonos, Congo e República Democrática do Congo, e anglófonos Namíbia e Zâmbia, há todo o interesse por parte da diplomacia angolana de estar em organizações linguísticas a quem pertencem os seus vizinhos.

A adesão de Angola a estas organizações não é caso único no seio dos países lusófonos. Vários países lusófonos são membros da Organização Internacional da Francofonia. A Guiné Bissau aderiu em 1979, Cabo Verde em 1996 e São Tomé e Príncipe em 1999. Moçambique passou a ser observador da OIF em 2006. Em relação à Commonwealth, Moçambique, que está rodeado por países anglófonos, aderiu em 1995.

A decisão de Angola aderir à Commonwealth surge na mesma altura em que o Reino Unido pediu o estatuto de observador junto da CPLP.

### Reforma Agrária na África do Sul

Quando substituiu Jacob Zuma à frente dos destinos da África do Sul, em fevereiro passado, Cyril Ramaphosa apareceu aos olhos da população sul-africana como a pessoa que poderia recuperar o país, não só economicamente, mas também moralmente, depois dos escândalos que abalaram o país durante a presidência anterior. No entanto, as expectativas dos vários grupos sul-africanos não eram, em muitos casos, conciliáveis.

Para a maioria da população branca, quer fosse urbana ou rural, Ramaphosa simbolizava um político moderado que iria terminar com os excessos, pelo menos verbais, de Zuma. Como grande empresário, Ramaphosa era visto como alguém que promoveria as reformas necessárias a atrair investimento estrangeiro e a reforçar a economia de mercado.

Para a maioria negra, nomeadamente os apoiantes do *African National Congress* (ANC), Ramaphosa seria alguém que iria pôr em prática os princípios defendidos pelo seu partido desde os tempos de combate ao *apartheid*. É precisamente nestes princípios fundadores do ANC que reside o problema. Desde que foi criado em 1912, o ANC defende a necessidade de uma redistribuição da terra pela população negra. Durante o período de vigência do regime de *apartheid*, as melhores terras só podiam ser atribuídas a fazendeiros brancos.

Durante o processo de transição para a democracia multipartidária a questão da terra foi abordada em termos conservadores. Qualquer processo de reforma agrária teria que ser feito através de mútuo acordo, pagando indemnizações justas aos seus proprietários, muitos dos quais já as haviam adquirido a preços de mercado. O objetivo era mobilizar a população branca para o processo que iria conduzir ao fim do *apartheid*, mas também visava não pôr em causa um dos pilares fundamentais da economia sul-africana, a agricultura, responsável não só por muitos empregos, como também por importante parte das exportações do país.

Desde que o ANC assumiu o poder na África do Sul em 1994, os diversos Presidentes sul-africanos falaram na necessidade de se avançar com a reforma agrária. Porém,

passados mais de 20 anos pouco foi feito. Por um lado, os vários programas propostos não foram eficazes na mobilização de terras para serem redistribuídos e, por outro, os meios financeiros necessários para a sua implementação nunca foram reunidos.

Na sua fase final, Jacob Zuma, numa tentativa de angariar apoio e, simultaneamente, desviar atenções dos problemas da sua governação, voltou a agitar, em finais de 2017, a bandeira da reforma agrária. Mas a propostas feitas, iam no sentido de se avançar com uma reforma agrária radical, sem direito a indemnizações, um pouco à semelhança do processo que Robert Mugabe liderou no Zimbabué em 2000. Esta proposta de Zuma recebeu, desde logo, o apoio do líder do *Economic Freedom Fighters*, Julius Malema, o qual defendia que a terra na África do Sul deveria ser apenas para os negros.

O próprio Ramaphosa alimentou as esperanças de uma reforma agrária rápida quando, pouco antes de substituir Zuma à frente da presidência do país, afirmou que era uma prioridade a redistribuição de terras no país.

A crescente impaciência da população negra provocou o início de uma série de incidentes em zonas rurais, com tentativas de ocupações de fazendas que foram reprimidas pelas forças de segurança. Se a situação não for controlada, o país poderá conhecer uma realidade semelhante à do Zimbabué, embora de contornos ainda mais graves. Se no Zimbabué existiam, no início das ocupações 4 mil fazendeiros brancos, na África do Sul estes serão cerca de 65 mil.

Por outro lado, Ramaphosa não está interessado em ser associado a processos radicais que manchariam não só a imagem da África do Sul, como também a sua, e poderiam afastar investimentos estrangeiros que são essenciais para a economia sul-africana. Mas, o Presidente sul-africano não pode esquecer a sua base eleitoral agora que estamos a pouco mais de um ano de eleições gerais.

Ao contrário do Zimbabué, a África do Sul é uma democracia constitucional consolidada onde está previsto o direito à propriedade privada. Qualquer processo de reforma agrária, sem compensação aos seus atuais donos, seria, de imediato, contestada nos tribunais. Para se evitar o direito à compensação era necessária uma revisão da constituição sul-africana.

As experiências de redistribuição de terras já efetuadas pelos governos do ANC não tiveram resultados muito animadores. Em relação aos que foram compensados pelas terras que perderam durante o *apartheid*, a grande maioria preferiu a compensação financeira do que receber novas terras. Em relação às terras que foram redistribuídas pelo governo àqueles que manifestaram interesse em as receber, cerca de 70% já não se encontram a ser exploradas agricolamente.